

DO MAL RADICAL À BANALIDADE DO MAL. UMA INTERLOCUÇÃO ENTRE KANT E ARENDT

*Adriana Maria Felimberti Scardueli**

Resumo: Este artigo tem por objetivo refletir sobre o problema do mal na perspectiva da filosofia. A partir da pergunta central por que existe o mal, quer-se nesta reflexão, pesquisar a concepção de mal em Kant e em Arendt. Por isso, num primeiro momento, trata-se de pesquisar por que, para Kant o mal é radical, e num segundo momento, por que para Arendt, o mal é, diferentemente de Kant, banal. Por fim, num terceiro momento, busca-se investigar possíveis pontos que contribuem para uma interlocução entre Kant e Arendt.

Palavras-chave: Kant, Mal radical, natureza humana, Arendt, Banalidade do Mal.

O questionamento sobre o mal é recorrente. Desde o início o homem direcionou suas interrogações para uma das questões mais desafiadoras: O que é o mal? Qual é a sua origem? Por que existe o mal?

O mal é um problema a ser investigado. O mal pode ser compreendido sob o viés do mal físico, moral e metafísico. Quando se pensa o mal, o que vem à mente, é que o mal seja algo demoníaco e que tem de alguma maneira relação com a interpretação da religião. No sentido moral, refere-se ao agir humano, nível no qual este artigo será trabalhado. O presente trabalho abordará o conceito de mal em dois autores: Immanuel Kant (1724-1804) e a doutrina do mal radical e Hannah Arendt (1906-1975) e o conceito de banalidade do mal.

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Caxias do Sul (PPGFIL-UCS).

O mal moral refere-se à esfera da ação humana. E é neste nível que Kant procura desenvolver sua concepção acerca do mal radical. O mal radical para Kant não tem origem no pecado contido nas escrituras, pois é unicamente antropológico¹, porque se refere à subjetividade humana, e o homem sendo livre, tem a disposição para ser bom, mas está propenso a inclinar-se para o mal. A moralidade requer uma livre escolha. O ato é livre, podendo ser bom ou mau. Essa afirmação é apoiada por Kant: “Nada é moralmente mau exceto o nosso próprio ato.” (KANT, 2008, p. 42). Logo, o mal é causado pelo agente. Arendt por sua vez, sintetiza a expressão “banalidade do mal”, baseada nas ações do Regime Nazista e no caso Eichmann. O mal para Arendt, não foi resultado de uma vontade deliberada decidida para o mal, mas caracterizado por uma obediência cega ao dever e pela falta do pensar.

O indivíduo, por meio de sua liberdade, acaba por atingir a si mesmo e aos seus semelhantes em suas atitudes. Desde a Antiguidade sabe-se que o homem, de uma maneira ou de outra, está envolto em guerras, barbáries, situações de ódio, inveja, corrupção e outros tipos de “males”. Afirmando: à primeira questão, sobre os motivos da maldade humana, podemos afirmar que: tanto Kant no Século das Luzes, e Arendt, no Século XX constitui paradoxalmente, como um Século de muitas conquistas, conhecimentos, mas também de muitas obscuridades, das duas Guerras Mundiais, entre outros acontecimentos marcantes do Século XX. Porque ambos assumiram o desafio e refletiram sob tal problema, tomou-se a liberdade de escolhê-los para pesquisar sobre tal problemática. Cada um em sua maneira, mas ambos encontraram um ponto de referência comum, a liberdade. Os dois abordaram o mal, porém, respectivamente, um mais do ponto de vista moral e o outro, do

¹ A Antropologia é o “conhecimento pragmático daquilo que o homem, enquanto ser de livre atividade, faz ou pode e deve fazer de si”. Cf. ZINGANO, M. A. *Razão e História em Kant*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 215.

ponto de vista político. A temática acerca do mal é pouco estudada e muitas vezes mal compreendida, devido em parte, a toda sua complexidade. Sem dúvida, trata-se de um tema muito instigante e de grande relevância para a Humanidade. Portanto, refletir sobre o mal se faz urgente para entender o porquê do homem praticar o mal.

Mal radical em Kant

Kant se ocupa com o mal radical na obra *A Religião nos Limites da Simples Razão* (1793). O mal a que Kant se refere é o mal na esfera moral. Este é o ponto de partida tomado por Kant para desenvolver o conceito do mal radical, e tem por objetivo investigar qual a origem e os fundamentos que ele denomina de radical. Retomando, pode-se então dizer que o mal pode ser físico, moral e metafísico. O mal físico se refere ao homem como um ser natural, é o mal que não é gerado pelo homem e não há relação alguma com o mal moral, pois o mal moral se refere ao agir humano. O que mostra a diferença entre o mal físico e o mal moral é a intenção (a intenção tem seu fundamento na liberdade) exclusivamente humana, e é isso que faz o mal ser moral segundo Kant. Kant afirma que a razão prática basta por si só para determinar o agir. Ela refere-se unicamente à regra de conduta orientadora da ação. Portanto, o fundamento da moral kantiana está numa lei racional e no mundo inteligível.

No prefácio da *Religião* Kant afirma que a moral trabalha com o conceito de homem enquanto agente livre e racional. Moralmente ele se obriga a leis incondicionais, não precisa de um ser superior para conhecer seu dever e nem a outro móbil a não ser a própria lei. A moral não precisa de modo algum da religião, porque basta a si própria em virtude da razão prática pura (KANT,

2008, p.13). Kant ainda chama a atenção que sua doutrina não tem vinculação nenhuma com a Escritura e com as religiões. Afirma ele: “O que se diz aqui não deve ser considerado como um comentário das Escrituras, o qual fica fora dos limites da competência da simples razão” (KANT, 2008, p.49). O que está escrito nas escrituras deve ser usado para tornar os homens melhores. Se o homem não segue o que está nas escrituras, ela não faz sentido algum, ela se torna inútil, porque seu objetivo é tornar os homens melhores, éticos e bons.

O fundamento do mal segundo Kant, não pode ser encontrado num objeto, mas numa regra que o arbítrio adota por si próprio pelo uso de sua liberdade, ou seja, numa máxima². O princípio de aceitação de máximas boas ou más se deve ao dever³ que dá origem ao valor moral, e o respeito à lei é que concede valor moral à ação. O dever carrega consigo o Imperativo categórico “Age de tal maneira que seja possível desejar que a máxima da ação deva tornar-se lei natural” (FMC, p.115). O Imperativo Categórico é capaz de determinar se nossas máximas podem ser consideradas lei moral, ou seja, se uma máxima de ação pode ser válida para todos os seres racionais. A questão do mal em Kant pressupõe a existência de uma lei moral⁴ que tem caráter universal, e por ser universal deve ser obedecida por todos, sem exceção. O homem se torna mau quando adota uma máxima contrária à lei, e as suas ações são determinadas por ele mesmo, por razões internas, portanto ele é o responsável. Kant argumenta que a responsabilidade dos atos humanos recai sobre os mesmos, porque são realizados devido a uma “inclinação espontânea

² A máxima é o princípio subjetivo do querer, na vontade do sujeito que se constitui uma regra particular de ação. (Kant, 2008, p.29)

³ O dever é a expressão da lei moral em nós, capaz de conferir a própria humanidade em nós, isto é, o dever é uma forma que deve valer para toda e qualquer ação moral.

⁴ É o princípio objetivo do dever que determina a vontade de todo ser racional.

da vontade⁵”, e a vontade para ser boa, é necessário de um imperativo, que é representado pelo dever, pela necessidade de uma ação por respeito à lei.

A maldade do homem não está na prática de ações más que podem ser observadas, mas em máximas que contrariam a lei moral. O valor moral está ancorado num princípio interno que não vemos e que não temos acesso. É um ato inteligível que não pode ser investigado, porque a liberdade em Kant é transcendental, e o ato mau decorre da liberdade e não se dá no campo da observação. Tal argumentação é citada por Kant: “[...] quando se fala de valor moral, não é das ações visíveis que se trata, mas dos seus princípios íntimos que não se veem”. (KANT, 1980, p.119). As ações podem ser observadas, mas as máximas não podem ser observadas. Ao afirmar que o fundamento do mal se encontra numa máxima pervertida universalmente presente no sujeito, Kant descarta qualquer outro fundamento, pois de acordo com ele a moral e o mal são fundados no “conceito do homem como ser livre” (KANT, 2008, p.28-29). Neste sentido, como o homem é livre, pode ou não aceitar o mal. As ações, neste caso, são determinadas por razões internas e não por razões externas e a responsabilidade dos seus atos é exclusivamente dele.

Kant na primeira parte da *Religião* diz que o “homem é mau por natureza”. Esta afirmação não foi extraída da observação de ações particulares, individuais, mas em todo o gênero humano. A afirmação de Kant foi feita a partir da história humana em que os homens sempre deram mostra de seu lado mau. Para sustentar a afirmação “o homem é mau por natureza” ele utiliza dois argumentos: no primeiro diz que a observação passada e presente do comportamento do homem é tal como se conhece na experiência. E no segundo a generalidade (tendência) do mal está presente nos seres humanos

⁵ Vontade “é a faculdade de escolher só aquilo que a razão, independentemente da inclinação, reconhece como praticamente necessário, quer dizer, como bom” (FMC, p. 123; G 4: 412).

sem exceção. Em várias passagens da *Religião*, é reafirmada a posição de que o mal moral constitui um fato na experiência, por isso, não é necessário a prova formal diante da “multidão de exemplos gritantes que, nos atos dos homens, a experiência põe diante dos olhos” (KANT, p. 38-39). Este mal não se encontra neste ou naquele homem particular, mas está na natureza humana, sendo assim, todos os homens em maior ou menor grau participam deste mal:

A propensão para o mal se estabelece aqui no homem, inclusive no melhor (segundo as ações), o que deve também acontecer se houver de se demonstrar a universalidade da inclinação para o mal entre os homens ou, o que aqui significa a mesma coisa, se houver de se comprovar que tal inclinação está entrosada na natureza humana (Kant, 1992, p.36).

Esta natureza descrita por Kant é restrita à esfera moral, e Kant ao dizer que o homem é mau por natureza, não está dizendo que ele sempre e inevitavelmente age mal, mas que o homem tem radicado em si uma propensão para agir em desobediência à lei moral. O mal neste sentido é radical porque o homem mesmo tendo consciência dos seus atos o comete, prejudicando a si e aos outros. Ao afirmar que o homem é mau por natureza, ou seja, atribuir ao próprio homem a propensão⁶ para o mal, ele põe toda a responsabilidade do agir mal do homem nele próprio, e não em Deus. A racionalidade é uma qualidade da espécie humana, mas o mal não. Kant quer ressaltar que a maldade é inerente ao gênero humano, não no indivíduo isolado, por isso conforme Bombassaro⁷ o mal é universal, ele reside no âmbito inteligível, assim, o bem e o mal são produtos da mente humana. O

⁶ Por propensão entende-se como tendência, estar inclinado. Propensão para o homem é a aceitação de máximas que invertem o móbil oriundo da lei, é uma predisposição em desejar um prazer e produz uma inclinação quando o indivíduo o experimentou (KANT, 2008, p.38).

⁷ (Bombassaro. Décio, Osmar. *Conjectura*, Caxias do Sul, 3 (1): jun. 1998, p. 64),

mal radical kantiano não trata de ações concretas, mas apenas da intenção de inverter a ordem moral e não obedecer às leis morais.

Para o autor, o que importa é reconhecer que o homem possui dentro de si uma ordem moral que deve ser seguida. O parâmetro a ser seguido é a lei moral. A concepção do mal radical está estritamente ligada à liberdade e na sua natureza humana, e o foco de Kant de natureza humana está no uso que o homem faz da sua liberdade: “por natureza do homem se entenderá aqui apenas o fundamento subjetivo do uso de sua liberdade em geral, (sob leis morais objetivas),que precede todo fato que se apresenta aos sentidos onde quer que tal fundamento reside” (KANT, 1992, p.27). O homem não gera a liberdade, mas a liberdade gera o homem, consequentemente, é radical porque o homem ainda que consciente da lei moral, admitiu desviar-se da máxima que orienta o agir.

Kant na Religião dá autonomia ao homem tanto para gerar o mal quanto para gerar o bem. O homem pode seguir um caminho rumo ao auto-aperfeiçoamento, visando o bem sem qualquer ajuda externa, baseado tão somente na sua capacidade de decidir entre o moralmente certo e o moralmente errado. Kant afirma que, independentemente do estágio em que o mal se apresenta na natureza humana, é dever do homem buscar a reabilitação do bem e da moral, e esta reabilitação tem que ser através da mudança dos seus costumes. “O homem para tornar-se bom não precisa transformar seu coração, basta apenas transformar seus costumes” (KANT, 2008, p.58). Para transformar os costumes basta o homem escolher as máximas corretas e agir conforme a lei moral para que a humanidade possa viver numa sociedade que cultiva a paz e não a guerra.

Banalidade do mal em Arendt

Arendt sempre demonstrou preocupação quanto ao problema do mal, alertando que após o Totalitarismo (o poder usa a administração do Estado para o seu objetivo à longo prazo de conquista mundial e para dirigir as subsidiárias do movimento; instala a polícia secreta na posição de executante e guardião de experiência doméstica de transformar constantemente a ficção em realidade e finalmente, erige campos de concentração como laboratórios especiais para o teste do domínio total)⁸ o indivíduo se tornou passivo, apático e não participa mais da sociedade em que vive, por isso o mal não é mais um problema localizado, de um único país, mas é uma questão de reflexão para todo o mundo.

Para Arendt o mal não tem raiz, não é radical, é banal. O mal banal pode crescer e devastar todo o mundo, porque se alastra como um fungo sobre a superfície (ARENDT, 2007, p. 471). Este fenômeno de superfície é devido à falta de pensamento e de reflexão do indivíduo, onde ele se afasta da realidade, não tem mais uma relação direta com o mundo e nem com as pessoas. E negar a si mesmo, é negar a responsabilidade pelos seus atos. E quando os atos não são refletidos e analisados, o mal se instala na sociedade, nas cidades, nas ruas, nas escolas e nas famílias. A sociedade está anestesiada, paralisada perante tanta maldade e não consegue refletir para encontrar soluções que evitem a propagação do mal.

Nesse sentido, para iniciar a reflexão sobre a banalidade do mal, é preciso analisar como Arendt vê o problema do mal. Ela alerta que após a experiência do totalitarismo, os homens se isolaram e se tornaram incapazes de agir. Logo, como nos diz Arendt (1989, p. 527): “O isolamento é aquele

⁸ Arendt, Hannah. *Origens do Totalitarismo: Tradução Roberto Raposo*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.442.

impasse no qual os homens se veem quando a esfera política de suas vidas, onde agem em conjunto na realização de um interesse comum, é destruída”. A compreensão do que foi o Totalitarismo mostra que o problema do mal se tornou um problema de toda a humanidade, uma questão para ser refletida, estudada e pensada por se tratar de uma questão fundamental nos dias atuais que tudo é possível do ponto de vista dos detentores do poder, e é de vital importância para a questão da sobrevivência da ética e da política no âmbito mundial.

Arendt mencionou pela primeira vez a expressão “banalidade do mal” depois do julgamento de Eichmann. Ela ficou perplexa e espantada com o que viu e ouviu: “foi como se naqueles últimos minutos estivesse resumindo a lição que este longo percurso de maldade nos ensinou – a lição da temível banalidade do mal que desafia as palavras e os pensamentos” (ARENDT, 1993, p.274). Desde então, Arendt vincula a banalidade do mal com a falta da faculdade de pensar e de refletir. Eichmann era um homem comum, ele não era nenhum monstro, não tinha defeitos morais, inclinações ideológicas, rancores raciais ou problemas de inteligência. Ele apenas não pensava nos seus atos. No julgamento de Eichmann psiquiatras e pastores não encontraram nada de anormal no seu comportamento, ao contrário, seu comportamento era desejável, um homem de ideias muito positivas (ARENDT, 1999, p.37). Penso que ele não era um homem ruim, ao contrário, ele era um bom pai de família, um bom filho, um bom cidadão e um bom funcionário.

Com isso, Arendt registrou que o mal não possui raízes e nem profundidade. No caso de Eichmann o mal foi extremo, superficial e com consequências desastrosas. As barbáries cometidas por Eichmann não se fundamenta na inveja, no ódio, na raiva e muito menos por estupidez. O mal banal não é um mal comum, mas pode ser considerado comum. A banalidade

não é normalidade, mas passa-se por ela e ocupa indevidamente o lugar da normalidade. Para Assy “o mal por si nunca é trivial, embora ele possa se manifestar de tal maneira que passe a ocupar o lugar daquilo que é comum” (ASSY, 2001^a, p.144) por isso pode acontecer novamente e de forma mais cruel.

Eichmann não se achava mau. Ele não pensava nos seus atos, simplesmente cumpria ordens, obedecia cegamente, não refletia nas consequências de seus atos. Por isso para Arendt não existe um Eichmann em cada um de nós, mas há a possibilidade de qualquer um praticar o mal banal, até você ou eu, quando não pensamos nos atos cometidos. Arendt lança a ideia de banalidade do mal pela falta de profundidade evidente nos atos de Eichmann que motivou na execução de milhares de judeus, mulheres, ciganos, negros, crianças, prostitutas e homossexuais. Essa falta de profundidade nos atos cometidos por Eichmann que o caracterizou como culpado, por isso não podia ser atribuído às convicções ideológicas e muito menos com motivações demoníacas, foi somente pela falta de reflexão.

Foi pela falta de reflexão e pensamento que Arendt cunhou o conceito “banalidade do mal”. O homem ao se afastar da realidade, da sociedade, das relações interpessoais prepara o caminho para o mal, mal este que se torna banal e abominável, que será cometido pelos indivíduos mais comuns. O mal banal não tem profundidade nem raízes no íntimo do ser humano e pode se tornar extremo em suas consequências. Segundo Schio, o mal banal “gera irresponsabilidade pelo que é realizado, devido à falta de reflexão sobre as ações praticadas. Eichmann era incapaz de se colocar no lugar do outro, de comunicar-se com ele, de compartilhar a realidade vivida”. (SCHIO, 2006, p.72). Ele simplesmente apresenta uma ausência de motivos, dessa forma o

termo banalidade do mal foi a maneira encontrada para descrever o que foi o Totalitarismo, onde o ser humano passa a ser um animal do sistema vigente.

Aqueles que não refletem, não pensam nos seus atos, não têm uma relação adequada com o mundo, com o seu país e com a sociedade em que vivem, porque não conseguem ver o mundo como ele se revela, e como eles aparecem no mesmo. Os homens não se sentem cidadãos do mundo. Quando o ser humano não reflete sobre seus atos, o mal se torna banal, porque o indivíduo não tem capacidade de refletir, tem uma “ausência de pensamento” e não se responsabiliza pelos seus atos. Roubar, trapacear, mentir e até mesmo matar é considerado normal hoje em dia, assim como foi a Sociedade Nazista, que perverteu a moralidade tradicional. O homem não é mais um fim em si mesmo, ele é usado como meio na sociedade contemporânea. Portanto, algo de essencial da vida humana se perdeu, a vida em grupo foi afetada, o individualismo e o capitalismo imperam. Schio diz que a ciência, que pretendia explicar tudo, que resolveria qualquer problema ou necessidade humana deixa lacunas. O “vazio” perdura, e o homem, busca novos motivos para continuar a viver, mesmo que para isso, provoque a guerra. (SCHIO, 2008, cap. I.)

A reflexão deste mal que assola o mundo, vem de um contexto específico, de uma sociedade de massa, onde é o lugar perfeito para o Totalitarismo existir e atuar. Onde o homem é um ser isolado, desolado, desagregado que não se relaciona mais com seus semelhantes. Este é um sujeito não político. Um homem qualquer, sem capacidade política, sem consciência moral, sem vontade própria, incapaz de pensar e de julgar, capaz de fazer o mal, simplesmente por fazer. Este ser supérfluo é dotado de irreflexão e, é precisamente aqui que se esclarece a afirmação de Arendt: “eu não sei o que é o mal radical, mas sei que ele tem a ver com esse fenômeno: a superfluidade dos homens enquanto homens” (SCHIO, 2006, p. 65). Quando

Arendt afirma que não sabe o que é o mal radical e tem a ver com a superfluidade dos homens, ela retorna a Kant e ao ideal de dignidade humana e, ao fazer isso, explicita sua compreensão de que a destruição da dignidade humana ocorre precisamente no homem como ser supérfluo. Este se torna supérfluo quando usa sua liberdade de forma errada, quando ele não se considera mais como um cidadão, que não têm direitos e, que sua vida não tem valor.

Tanto para Kant, como para Arendt, o mal não tem um estatuto ontológico. Mas o mal tem início na liberdade humana, na responsabilidade e na ação praticada. Pela liberdade, os homens não pensam nos seus atos e muito menos nas consequências dos seus atos. É por isso que ambos abordam o mal como um ponto de vista moral, ético e político. O mal radical e a banalidade vem alojar-se nesse vazio deixado pela falta de pensamento. O mal neste caso é radical e banal porque indica a ruína da relação entre o indivíduo e o mundo. “O próprio pensamento banaliza-se e usa essa banalidade como vidro à prova do real”⁹. A vida humana é como vidro, é fácil de quebrar, por isso a banalidade do mal destrói vidas. Os atos não são pensados, refletidos e as consequências são catastróficas pela liberdade do homem. Assim nos é permitido compreender que o mal e o bem coexistem no contexto da liberdade sob a forma de um conflito sempre presente na vida dos homens. Assim, nem Kant, nem Arendt pretendem associar o mal a monstros ou a demônios. O mal está diretamente ligado à liberdade humana, portanto o mal é de responsabilidade do indivíduo.

Tanto Kant como Arendt “pensam a paz como oposta a guerra”. E é interessante notar que Kant distingue a “guerra” do “estado de guerra” (Cf. KANT, 1998, B, p.126) Kant apud Schio. A possibilidade de guerra não

⁹ Roviello, Sendo Comum e modernidade em Hannah Arendt. Lisboa: Instituto Piaget, 1987, p. 159

permite que haja tranquilidade no mundo. Hoje todas as nações vivem num clima de inquietação, de angústia, de intranquilidade. A falta de pensamento e a escolha de máximas erradas geram as guerras. Mas as pessoas podem pensar e “mudar o jeito de viver”. Assim Arendt concorda com Kant quanto à necessidade de uma relação amistosa e dialógica entre as nações. Para que haja uma relação amistosa entre poder e subordinados é preciso considerar segundo Arendt o homem como cidadão e para Kant o homem é um ser racional. Sendo o homem um cidadão dotado de razão, tem direito à saúde, trabalho, moradia e principalmente viver em paz.

Portanto, o mal tanto para Kant assim como para Arendt, se constitui no “vazio de pensamento” e na escolha errada das máximas. Os dois filósofos conceberam que o mal existe pela liberdade humana. A liberdade é o ponto de convergência comum a Kant e a Arendt. Kant está preocupado com o mal no sentido da moral, da pessoa e sua autonomia legisladora, e para Arendt o mal é pensado na ação política. Por isso, que ambos abordam o mal do ponto de vista ético e político, o que permite compreender que o bem e o mal coexistem no contexto da liberdade sob a forma de um conflito sempre presente.

Referências bibliográficas:

- ASSY, B. “Eichmann, banalidade do mal e pensamento em Hannah Arendt”. In: MORAES, Eduardo J.: BIGNOTTO, Newton (Orgs). *Hannah Arendt, diálogos, reflexões, memórias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001 a.p. 136-165.
- ARENDT, H. *A condição humana*. 5. Ed. Ver. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- _____. *A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

_____. *Compreender: formação, exílio e totalitarismo (ensaios)*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. *Eichmann em Jerusalém*: São Paulo: Companhia das letras, 1ª edição, 1999.

_____. *Origens do totalitarismo*: São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Sobre a revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CESCON, E.; PEREIRA, L. I.; NODARI, P. C. (Orgs). *O mistério do mal: urgência da educação para o bem*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2006.

KANT, I. *A religião nos limites da simples razão*. São Paulo: Editora Escala, 2008.

_____. *Crítica da Razão Prática*. Trad.: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1994

_____. *Crítica da Razão Pura*. Trad.: Valério Rohden e Baldur Moosburger. São Paulo: Nova Cultural [s.d.]

_____. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad.: Tânia Maria Bernkopf et al. São Paulo: Abril Cultural, 1980ª. (Os Pensadores).

RICOEUR, P. *O mal: um desafio à filosofia e a teologia*. In.: Trad.: Maria da Piedade Eça de Almeida. São Paulo: Papirus, 1998

ROVIELLO, A.-M. *Senso Comum e modernidade em Hannah Arendt*. Lisboa: Instituto Piaget, 1987.

SCHIO, S. M. *Hannah Arendt: história e liberdade (da ação à reflexão)*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2006.

SOUKI, N. *Hannah Arendt e a banalidade do mal*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.